



ABIC



## MOÇÃO

**Preenchemos necessidades permanentes**

**EXIGIMOS REGULARIZAÇÃO DO VÍNCULO**

O sistema de ensino superior e de investigação científica teve uma evolução muito positiva nos últimos anos, quer em termos de qualificação dos seus profissionais, quer na abrangência da oferta formativa nos vários graus ou ainda ao nível dos *outputs* da investigação. Este êxito foi construído com o trabalho árduo de milhares de docentes, investigadores, bolseiros e pessoal técnico-administrativo, muitas das vezes em condições de trabalho muito difíceis, dado o subfinanciamento crónico a que o ensino superior e a ciência têm estado sujeitos desde há largos anos, o que intensificou a enorme precariedade que se vive hoje no sector. Governo e responsáveis máximos das instituições de ensino superior e ciência vêem no trabalho barato e precário uma medida gestionária que lhes possibilita um elevado desempenho das instituições a custos baixos e elevada rotatividade dos trabalhadores.

O Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) foi lançado pelo governo tendo em vista “uma política clara de eliminação progressiva do recurso a trabalho precário e a programas de tipo ocupacional no sector público como forma de colmatar necessidades de longa duração para o funcionamento dos diferentes setores públicos”, objectivo que não está a ser cumprido na área governativa da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A análise de todos os processos (requerimentos) introduzidos pelos candidatos ao PREVPAP tem vindo a ser feita, desde meados de Setembro, por Comissões de Avaliação Bipartida (CAB) que, no caso da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (CTES), é constituída por três representantes do governo (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ministério do Trabalho e Ministério das Finanças), três representantes das organizações sindicais (Frente Comum – no caso, a FENPROF –, FESAP e FS), a que acresce um representante da Instituição em que o requerente presta serviço, o que, desde logo, coloca os trabalhadores em clara desvantagem nas votações realizadas nas CABs.

Dado o elevadíssimo número de requerimentos submetidos à CAB CTES, cerca de 6.000, há várias instituições que ainda não foram ouvidas na CAB com vista à análise dos processos dos seus “precários”, mas as que já participaram nas reuniões da CAB foram, na sua maioria, extremamente pouco receptivas à regularização da situação laboral, que passa pela integração na respectiva carreira, ou seja, a vinculação.

Durante anos, em nome da autonomia e devido ao sub-financiamento do orçamento do estado, as instituições de ensino superior e de investigação científica foram alimentando a precariedade e, assim, desvalorizando o trabalho. A manutenção da precariedade ao nível da investigação, da docência e das funções técnicas e administrativas, foi assumida como uma medida gestionária. Agora, a pretexto do impacto financeiro que a regularização dos vínculos terá, apresentam argumentos sem qualquernexo e até intelectualmente desonestos para manter esta elevada precariedade no sistema de ensino superior e investigação. Os responsáveis máximos das instituições de ensino superior e ciência são da opinião de que docentes e não docentes contratados durante vários (muitos) anos, bolseiros com sucessivas bolsas, investigadores FCT e Ciência, entre outros, embora sejam fulcrais ao bom funcionamento das instituições e apesar de alargarem a oferta formativa e contribuírem decisivamente para o seu financiamento pela prestação de serviços e captação de novos projectos, alguns dos quais internacionais, são afinal dispensáveis!

O governo, pela legislação e actuação dos seus representantes na CAB CTES, parece mais interessado em fazer um simulacro de vinculação do que realmente eliminar a precariedade crescente. Em pleno século XXI, não podemos permitir este tipo de pensamento e a sua operacionalização, ou seja, a manutenção de largos milhares de trabalhadores do ensino superior e do sistema de investigação numa situação precária. É tempo de dar estabilidade a estes profissionais ou continuaremos a assistir ao seu êxodo para outros países da Europa e do mundo. Não podemos continuar a exportar recursos humanos qualificados, pois, estes, são absolutamente necessários ao país e ao desenvolvimento económico e social.

Assim, os docentes, investigadores (bolseiros e não bolseiros) e pessoal técnico-administrativo das instituições de Ensino Superior e da Ciência da Grande Lisboa exigem a vinculação dos trabalhadores que satisfazendo necessidades permanentes têm, no entanto, um vínculo inadequado, através do PREVPAP, e o cumprimento integral da Directiva Comunitária de 1999/70/CE sobre a utilização abusiva da contratação a termo.